



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

|                         |
|-------------------------|
| data<br><b>27.03.23</b> |
|-------------------------|

|   |
|---|
| proposição<br><b>Medida Provisória nº 1.147 de 2022</b> |
|---|

|                      |
|----------------------|
| autor<br><b>DEP.</b> |
|----------------------|

|                  |
|------------------|
| nº do prontuário |
|------------------|

|                                       |  |  |  |   |
|---------------------------------------|--|--|--|---|
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva | 2. <input type="checkbox"/> substitutiva | 3. <input type="checkbox"/> modificativa | 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva | 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|---------------------------------------|--|--|--|---|

|        |  |           |        |        |
|--------|--|-----------|--------|--------|
| Página |  | Parágrafo | Inciso | alínea |
|--------|--|-----------|--------|--------|

### TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1147, de 2022, onde couber, a seguinte alteração a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003:

Art. X. O art. 11 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 .....  
.....

§ 2º São isentas do pagamento das taxas previstas neste artigo, além do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto sobre as Operações Financeiras (IOF), e do Imposto de Importação (II), na aquisição de armas de fogo, munições e acessórios, as pessoas e as instituições a que se referem o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.” (NR)

### JUSTIFICATIVA

A Emenda em tela tem por objetivo desonerar os agentes da segurança pública e as instituições que a integram dos encargos tributários aplicados à aquisição de armas de fogo, munições e de seus acessórios.

Apresentação: 29/03/2023 15:24:07.360 - PLEN

EMP 1/0

EMP n.1



Segundo levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), os tributos sobre armas de fogo chegam a mais de 70% sobre o valor do produto, sendo um dos dez produtos com maior carga tributária do país.

É cediço, por sua vez, que a Lei 10.826 de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, discriminou as pessoas que podem ter o porte e posse de armas de fogo, o que abrange, entre outros, policiais civis, militares, federais, penais e legislativos; integrantes das Forças Armadas; e agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Nesse sentido, essa isenção da carga tributária visa atingir profissionais e instituições da segurança pública devidamente já autorizadas pelo Estado, quer seja nas armas públicas, ou nas armas particulares utilizadas para deslocamento para ir e voltar do serviço.

Com efeito, o Estado não pode ser um obstáculo para o devido aparelhamento das instituições e pessoas listadas no próprio Estatuto do Desarmamento como aptas a terem sua arma.

Espera-se, portanto, que a aquisição de armamentos seja menos onerosa para as pessoas habilitadas para tal e, como corolário, que a segurança pública possa ser realizada de forma mais eficiente para a sociedade.

Diante do exposto, solicito aos nobres pares a aprovação desta importante Emenda.

PARLAMENTAR





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda de Plenário à MPV (Ato Conjunto 1/20)** **(Do Sr. Eduardo Bolsonaro)**

Acrescente-se à Medida  
Provisória nº 1147, de 2022, onde couber,  
a seguinte alteração a Lei nº 10.826, de 22  
de dezembro de 2003:

Assinaram eletronicamente o documento CD232083733000, nesta ordem:

- 1 Dep. Eduardo Bolsonaro (PL/SP)
- 2 Dep. Marcos Pollon (PL/MS) - VICE-LÍDER do PL
- 3 Dep. Junio Amaral (PL/MG)
- 4 Dep. Delegado Fabio Costa (PP/AL)

